

O DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS COMUNIDADES ISOLADAS DA AMAZÔNIA: UMA APROXIMAÇÃO INICIAL

THE LOCAL DEVELOPMENT AND ISOLATED COMMUNITIES IN THE AMAZON: AN INITIAL APPROACH

César Gomes de Freitas

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Vale do Juruá - Cruzeiro do Sul - Acre –
Brasil.

cesar.freitas@ifac.edu.br

Cleilton Sampaio de Farias

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Vale do Juruá - Cruzeiro do Sul - Acre –
Brasil.

cleilton.farias@ifac.edu.br

Josemar de Campus Maciel

Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – Mato Grosso do Sul – Brasil.

jcm50334@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir a questão do desenvolvimento local, tendo como estudo de caso a situação das comunidades isoladas da Amazônia, especificamente no Estado do Acre. Para tanto, utiliza-se a metodologia qualitativa baseada em revisão de literatura. Assim, apresenta-se uma discussão bibliográfica acerca das dimensões do desenvolvimento e aponta-se o modelo de desenvolvimento endógeno como aquele que leva suficientemente em conta o fator cultural no processo. Por isso, defende-se o desenvolvimento endógeno como o modelo a ser adotado para as comunidades isoladas da Amazônia em especial a região do Vale do Juruá, no Acre.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Comunidades Isoladas, Amazônia.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the issue of local development, taking as a case study the situation of isolated Amazonian communities, specifically in the state of Acre. We also use a qualitative methodology based on literature review. Thus, we present a bibliographic discussion of dimensions of development and points up the model of endogenous development as one that takes sufficient account of the cultural factor in the process. Therefore, it is argued endogenous development as the model to be adopted for the isolated communities of the Amazon in particular Valley region Juruá in Acre.

Key-words: Development, Local Development, Isolated Communities, Amazonia.

INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento é uma construção que foi gestada e favorecida por sucessivas ondas de progresso modernas – seja que se adote ou não o discurso binário,

Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 4, n.1, p 14 - 28. Janeiro/Junho. 2014.

dependentista, de progresso – aquele que o vê como assimétrico, irradiando-se do centro para a periferia (WEINSTEIN, 2002).

Se se caminha excessivamente rápido no sentido de saudar o progresso, o desenvolvimento e a evolução como sendo, ou tendo sido conquistas indisputáveis dos tempos dos quais o Ocidente se pode ufanar, termina-se por canonizar modelos hegemônicos de desenvolvimento, até porque não existem recursos infinitos no planeta que se queira desenvolver, nem infinita vontade política de esperar o desenvolvimento multilateral afirmar-se em sua diferença. Ou mesmo porque, na própria démarche os recursos e os excluídos interpõem no caminho a questão problematizadora: quem anda, anda para onde, ou seja, o desenvolvimento implica um de onde e um para onde. E no caso das comunidades isoladas da Amazônia é possível imprimir a lógica do desenvolvimento? E qual o modelo adotar? Levando em consideração as características socioeconômicas desses locais.

Neste texto procuramos discutir essa questão, ou seja, como o desenvolvimento local pode contribuir para as comunidades isoladas da Amazônia, especificamente no Estado do Acre.

Para propositores do modelo endógeno, o desenvolvimento deve surgir ‘de dentro para fora’. A tese, na realidade, é simples: se o desenvolvimento é da comunidade “x”, então o projeto de desenvolvimento tem que partir da comunidade “x”. Os membros da comunidade passam a ser considerados atores e agentes do desenvolvimento e não apenas beneficiários dele. Cada comunidade-localidade é vista como única, possuindo suas características, potencialidades, necessidades e oportunidades. Simplesmente importar projetos de outras regiões, mesmo que alhures tenham obtido sucesso, é contraproducente, pois uma comunidade jamais é igual à outra.

Para tanto, utiliza-se a metodologia qualitativa baseada em revisão de literatura. Assim, apresenta-se uma discussão bibliográfica acerca das dimensões do desenvolvimento e aponta-se o modelo de desenvolvimento endógeno como aquele que leva suficientemente em conta o fator cultural no processo e, nesse sentido, como aquele capaz de colaborar com aquelas localidades.

Desenvolvimento, colonização e a noção de desenvolvimento local

Pode-se entender o desenvolvimento como um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se autônomo, integrado à rede externa de circulação de bens, e auto referenciado. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país

sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, político ou apenas social. O desenvolvimento deve ser entendido como um processo de transformação global. Um importante indicador, pelo menos o mais direto, dessa transformação, é o crescimento do padrão de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Um dos dogmas mais importantes do projeto moderno de civilização é o papel da ciência na dinâmica da promoção do que se denominou desenvolvimento social, ligado estreitamente à aceitação de uma forma de educação como elemento libertador da ignorância e dinamizador da cultura e da sociedade.

Até certo tempo atrás, na academia, o desenvolvimento era uma experiência tida como vital para melhorar a qualidade de vida das populações, seja de um país, estado, cidade, ou mesmo grupo. Esse tipo de proposta é sintetizado de maneira influente, para as ciências humanas, a partir de Tylor (1870; 1873), e assim passou a tomar parte dos grandes projetos de construção das nações ocidentais e de seus programas de desenvolvimento.

No início do novo milênio, essa ideia deveu ser seriamente reproposta em discussão, não apenas na literatura especializada, ou seja, no nível da teorização, mas já do ponto de vista do contexto da cidadania, ou seja, o da tomada de consciência e da implementação de práticas de atuação socialmente responsáveis (NUSTAD, 2003). O fogo partiu de dois flancos. Do ponto de vista das discussões do social, discute-se cada vez mais a questão da exclusão e a aplicação possível de princípios distributivos à ortodoxia econômica (MURPHY, 2005); do ponto de vista ecológico ou ambiental, a sustentabilidade parece ser uma ideia de força que tem entrado e faz hoje parte das discussões sobre desenvolvimento, pondo continuamente em cheque o antigo modelo de evolução sem fim ou, pelo menos, indefinida (LEFF, 2001; BERNSTEIN, 2001).

No Brasil, é importante repropor a discussão a respeito do desenvolvimento, principalmente por conta do preço que se tem a pagar, em termos sociais, da evasão das perguntas que devem ser feitas e não o são, quando se implantam programas. De onde vêm as ideias e as matrizes dos projetos? Para onde, para que ponto elas poderão conduzir esta ou aquela comunidade? Estas perguntas, se não respondidas, correm o risco de simplesmente atropelar questões locais, endógenas, implantando processos que são aparentemente de desenvolvimento, enquanto implicam crescimento em alguns indicadores. Mas que podem significar violência cultural – e às vezes, violência, pura e simples (ÁVILA, 2006).

Noutras palavras, vários projetos de desenvolvimento que vêm sendo postos em prática no Brasil, não têm sido suficientes, em termos de resultados concretos, no sentido de

promover uma real abertura de perspectivas para quem está implicado no processo de desenvolvimento.

É óbvio que há bons projetos de desenvolvimento em curso. Se se aceita a narrativa binária da história econômica, sempre desgastada, mas também sempre instrutiva, tem-se que desde que o sistema de acumulação capitalista se impôs e loteou o mundo entre o centro e a periferia – o centro dotando o mundo de tecnologia e pensamento, e a periferia fornecendo a matéria-prima.

Observa-se que os projetos de desenvolvimento que atingem a periferia – populações carentes não necessariamente localizadas em países tradicionalmente tidos como de terceiro mundo – no Brasil, África, Ásia, etc. – costumam ser muito bem legitimados, com índices aprazíveis para todos os financiadores e para representantes dos financiados (GANDHI, 1998).

Ora, acontece que indicadores construídos a partir de conceitos como, por exemplo, o de “qualidade de vida”, ou o de “desenvolvimento humano”, vêm sendo mensurados em relação a expectativas muito restritas, normalmente índices de geração de emprego ou correlatos – pensados a partir do centro que irradia excedentes de seus recursos em direção à periferia. Sempre se têm dados a mostrar, mas alguns elementos – sociais e culturais, posto que estes têm uma relação mais clara com elementos como autonomia e autodeterminação - da vida típica das populações, não conseguem ser incluídos nos indicadores.

A título de ilustração para as questões acima, pode-se, com proveito, refletir por alguns instantes sobre um significativo parágrafo introdutório de um relatório apresentado, recentemente, como Texto para Discussão entre participantes de um grupo do IPEA sobre a Amazônia. O texto centra-se numa análise econômica do crescimento da região, mas antes de debulhar os seus dados, afirma:

[...]não negamos a importância dos aspectos sociais ou ambientais do desenvolvimento, embora consideremos (nadando contra a correnteza) que é na economia que a sorte é lançada. Não existe nenhum caso de um país rico — ou seja, uma nação que passou por um duradouro processo de crescimento econômico— que tenha falhado em se tornar um país justo, sobretudo quando comparado aos países que fracassaram economicamente. Para demonstrar o ponto, basta examinar os escores das nações em termos de desenvolvimento humano, um conceito inventado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para apaziguar seus sócios pobres, amplamente majoritários. Ano após ano, os relatórios de desenvolvimento humano repetem com fatos a lição óbvia: o único caminho que, confiavelmente, leva os povos a construírem uma sociedade justa é o que também os leva a construírem uma sociedade *rica*: o crescimento econômico duradouro. São os países mais ricos os que, numa regra com poucas exceções, exibem os melhores índices de distribuição da renda, assim como os melhores registros de equidade nos campos da educação, da saúde e do acesso aos serviços públicos. Isso não equivale a dizer, ingenuamente, que o crescimento econômico, por si, produz a equidade. O que o crescimento econômico duradouro — estamos falando de muitas décadas — produz, e somente este pode produzir, são as condições materiais para a realização (duradoura!) dos

objetivos éticos de melhoria e equidade social. O alcance desses objetivos pode passar, e frequentemente passa, pela luta política. Contudo, essa luta jamais será ganha nas sociedades incapazes de produzirem a sua própria riqueza (GOMES; VERGOLINO, 1997, p. 14).

Em termos simples, assim soa o texto: não ignoramos questões sociais ou ambientais (que são gestados e interessam aos sujeitos locais), mas preferimos confiar em dados exógenos, em nome da segurança matemática e estatística que são capazes de gerar. Ora, em nome de dados, afirma-se – há não pouco tempo – que dados locais são importantes, mas não serão examinados. São importantes, mas serão deixados de fora de um estudo que se considera sério. Ou, caso sejam, serão estudados no interior de uma narrativa que já vem pronta de fora do lugar e dos interesses em questão.

Ora, isso parece mais outra maneira de dizer que tais dados não interessam, pura e simplesmente. Por outro lado, vê-se ainda como pode ser restritiva a ideia de “condição material”. Será que as pessoas que têm trabalhado com o conceito e a experiência da “cultura material” não teriam alguma coisa a dizer a propósito desse tema – ou seja, da possibilidade de se alargar o conceito de “riqueza”, não praticando a sinonímia pura e simples com o de riqueza econômica – ou, menos ainda, monetária?

Os escores que vêm sendo produzidos merecem ser, e são, cada vez mais, objetos de revisão (BOAS, M.; McNEILL, 2003), pois o problema da produção sustentável da riqueza está profundamente imbricado na visão cultural e política subjacente ao projeto de enriquecimento e construção de novos patamares de civilização. Não se pode deixar de considerar a importância, por exemplo, de se discutir – como fizeram grandes economistas no século XIX – o significado local de “riqueza”, “valor” e conceitos, ou experiências, correlatas (POLANYI, 1980). O fato, que não se pode deixar de levar em conta, é o da enorme exclusão que vai acontecendo à margem da construção de sociedades de bem-estar.

Incomoda, no discurso sobre o desenvolvimento, a relação entre a economia e o desenvolvimento, como se uma dependesse automaticamente dos termos e das possibilidades da outra. Não é o caso. Os Índices de Desenvolvimento Humano não têm condições de avaliar, em uma perspectiva macrossocial, questões como a qualidade de vida, ou a qualidade do pertencimento de uma população a um território, ou a sua integração com um projeto de sociedade local. Ou os fatores de agregação e desagregação produzidos por práticas culturais exógenas (consumo de música, por exemplo).

Na história recente não se pode afirmar que o único caminho que conduz uma sociedade à riqueza ética é a riqueza dos meios de sobrevivência. Essa afirmação, de natureza

meã econômica, não encontra sustentação senão em um mito desenvolvimentista subjacente à cultura contemporânea, que é justamente o que se está problematizando aqui.

Por outro lado, não se pode negar a importância do bem-estar e da circulação de bens através da materialização dos elementos formadores das condições de construção do sentido e da percepção da relação das comunidades com o seu ambiente. Uma e outra coisa devem integrar-se, não ser tomadas como que em desafio, uma em relação à outra.

A profunda relação entre política, cultura e economia já era apontada de soslaio em 1958, num célebre estudo de Gunnar Myrdal (1972). Ele afirma que acabou:

[...]descobrimo, após pesquisa ulterior, [...] que premissas de valor eram necessárias já mesmo para o estabelecimento de fatos, e não apenas para se extrair conclusões aplicativas [*policyconclusions*]. [...] A análise do desenvolvimento doutrinal da teoria econômica desde os seus primórdios, e a forma como ela foi sendo revisitada pelo viés histórico, permanece ainda. Eu precisei apenas acrescentar novos insights de que a teoria econômica jamais pode ser neutra, ou “objetiva”, em sentido positivista (Tradução Josemar Maciel).

Em termos de relações entre causas e efeitos, como normalmente se opera nas ciências de pretensão mais objetiva ou normativa, existe uma série de fatores sistêmicos, conjunturais, ambientais, culturais, que podem ajudar a contextualizar as propostas, quando percebidos a tempo a quando da elaboração de macroprojetos - ou podem também acabar implodindo tudo, se ignorados.

Para deixar claro: podem acabar implodindo justamente os projetos de relações de causa-e-efeito. Não necessariamente Einstein, mas Lampião e Antônio Conselheiro podem implodir as lógicas binárias de extração newtoniana. Em casos menos trágicos, podem também reconfigurar-se e transformar a face da agressão em alguma coisa mais leve e tolerável para as populações – o candomblé, releitura resistente, mas não beligerante, é o exemplo maior que a cultura brasileira tem a oferecer desse caso, se bem que não o único.

Daí que é preciso, e tem sido possível integrar a processos já existentes, de maneira crítica e dinâmica, uma consideração de matrizes geradoras de parâmetros auto referenciados para as populações envolvidas nos processos de desenvolvimento – trata-se de um novo conceito, para fermentar projetos pensados como processos mais amplos e mais oxigenados de desenvolvimento.

Se já é lugar comum acreditar-se que o progresso social, cultural e econômico pode ser alcançado por meio de projetos de iniciativa externa às comunidades, como que impostos de ‘cima para baixo’, seja pelo governo federal ou estadual, seja por empresas de tamanho – e fama – maior que as próprias localidades nas quais elas vêm se instalar, pode-se também falar em um outro modelo que vem a integrar-se corretivamente a este primeiro.

É a ideia de desenvolvimento endógeno, que em si não é completa, mas que mostra como o modelo descendente, dedutivo, assistencialista e o exógeno tem-se mostrado inadequado e insuficiente ao longo da história. Mais ainda, pode-lhe ser um corretivo crítico no sentido de o endógeno poder apontar se, e até que ponto, o desenvolvimento proposto de fora não se constitui, na verdade, em um projeto de submissão, mascarado ou não.

Obviamente isto vem a gerar novas dificuldades, mas também coloca o problema em um novo patamar, no sentido de tentar multiplicar os centros de pensamento da riqueza e de bem-estar, não apenas os meios de sua difusão.

Em uma palavra, trata-se de superar o binarismo na leitura da lógica econômica, superar a divisão centro-periferia, recuperando sistematicamente a experiência de autonomia, com todas as ambiguidades e riscos aí implicados, para a discussão da questão e de projetos de desenvolvimento.

Por outro lado, o maior esforço que vem sendo encetado por este tipo de pensamento é o de socializar as descobertas da comunidade, para que o seu desenvolvimento seja endógeno, mas tenha também uma inserção viável num mundo que não para de girar e de construir suas referências, nem sempre muito favoráveis. Por um lado, a endogenia como fundamento; por outro, alguma forma de diálogo entre saberes, produtos, projetos e culturas.

As comunidades isoladas da Amazônia, por suas peculiaridades, podem ser um campo de teste importante deste dilema entre lógica binária impositiva de modelos de desenvolvimento ou aceitação da experiência multicultural do significado do desenvolvimento.

Trata-se de localidades nas quais os projetos de desenvolvimento, pensados de um ponto de vista central, vêm descaracterizando toda a região, por um lado e, por outro, a visão endógena e endogeneizante do Desenvolvimento Local poderá cumprir um papel importante no futuro econômico, social e ambiental de sua população, não apenas atuando como preservador de recursos, como também projetando novos modelos de exploração regional e de interação homem-ambiente.

No entanto, apenas esse tipo de crescimento mensurável não bastará. O desenvolvimento de uma localidade ou comunidade só acontecerá quando os atores locais tiverem consciência e trabalharem para aproveitar as características, oportunidades e recursos do seu próprio espaço territorial, sem esperar por obras ou projetos vindos de fora. A ilustração mais simples da necessidade da inclusão da perspectiva local e do ponto de vista endogeneizante nos processos de desenvolvimento se dá por uma consideração da continuidade de processos impostos: eles não se irradiam, não acontecem, não têm

continuidade. Se fosse possível promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza com medidas de caráter técnico, sem passar pelo tortuoso e demorado trabalho de fortalecer a cidadania e influenciar o cotidiano da política a favor da democracia e a verdadeira igualdade de direitos, isso certamente já teria sido feito (BROSE, 2000).

Promover o desenvolvimento é desafio prioritário de muitos agentes e instituições sociais em todo o mundo. Já não é só uma responsabilidade dos governos. Mas, de ser uma preocupação das coletividades sociais, das administrações locais e regionais (MARTÍN, 2001).

Novos parâmetros para pensar o Desenvolvimento

O governo federal parece apenas recentemente interessado ao tema do desenvolvimento local, mas mesmo tendo já investido em alguns estudos na área, ainda se mostra reticente e tem mantido uma política econômica que inibe o investimento interno, ao menos no nível necessário para dar suporte ao crescimento de pequenos sistemas ou mesmo arranjos produtivos, caracterizados frequentemente por pouca disponibilidade de capital, mão de obra com necessidades e carências qualificatórias, e ainda baixo giro de consumo.

Ademais, com a atual política econômica de elevada taxa de juros; taxa de lucro esperada baixa; política fiscal rígida; taxa de câmbio valorizada e taxa real de salários baixa, acaba deixando desinteressada grande parte do setor privado no que tange a realizar investimentos de suporte a políticas produtivas locais.

A capacidade de investimento do estado está seriamente limitada pela manutenção do chamado superávit primário. Controlar a expansão da dívida pública, principalmente pela geração de recursos para servi-la por meio de um elevado superávit fiscal primário, passou a ser o objetivo prioritário da política econômica, em detrimento dos gastos sociais e dos investimentos públicos (SICSÚ *et al*, 2005).

Do ponto de vista da economia, o país espera a mudança nas políticas de câmbio e juros, ao mesmo tempo em que se mantém a política fiscal de redução vigorosa do déficit público, para que possa acontecer uma retomada sustentada do desenvolvimento (SICSÚ *et al*, 2005).

Por outro lado, é necessária uma mudança de cultura para que o capital em geral comece a ver em massa o local e a localização da economia como uma alternativa atrativa para os seus investimentos. Ora, aqui parece encontrar-se um gargalo de grandes proporções,

que não é objetivo deste texto discutir, mas que vai precisar ser posto – para não ser posteriormente arremessado – à mesa das teorias sobre o Desenvolvimento Local.

Desta forma, os antigos conceitos relativos ao desenvolvimento vindo ‘de fora’, trazidos por meio de grandes projetos de governos federal ou estadual, ficam inviáveis. Faz-se necessária, neste cenário, a implantação de uma postura crítica do assistencialismo e a busca por alternativas concretas para a retomada do crescimento e desenvolvimento em nosso país como um todo. Especialmente, para aquelas regiões mais carentes e distantes dos grandes centros - as regiões isoladas.

Em períodos anteriores, como na década de 1970 e início dos anos 1980, havia o manto das políticas regionais e o investimento direto do Estado a induzir o desenvolvimento regional. Após 1989, quando o Estado se afastou da agenda de desenvolvimento e reduziu fortemente seus investimentos diretos na esfera produtiva, passou a vigorar a estrita lógica privada da localização, determinada não apenas pelos maiores retornos econômicos, mas também pelo reforço dos subsídios diretos e indiretos proporcionados pela guerra fiscal (POCHMANN, 2004).

Assim, surge a necessidade de se colocar, no centro dos debates e projetos relativos ao desenvolvimento o caráter endógeno e democrático, pilar importantíssimo do conceito de Desenvolvimento Local.

Centrando o foco: Breve histórico do Acre

O nome “Acre” é derivado do nome ‘*Aquiry*’, que significa “rio dos jacarés” na língua nativa dos índios Apurinã, seus habitantes originais. É um nome e uma realidade já documentada na visão ocidental pelo menos desde o século XIX (CHANDLESS, 1866).

Até o início do século XVIII o Acre pertencia à Bolívia. Porém, desde o princípio do século XIX, grande parte de sua população era de brasileiros que exploravam seringais e que, na prática, acabaram criando um território independente. Em 1899, os bolivianos tentaram assegurar o controle da área, mas os brasileiros se revoltaram e houve confrontos fronteiriços, gerando o episódio que ficou conhecido como a ‘Questão do Acre’.

O Acre não pertencia ao Brasil, mas foi sendo gradualmente conquistado, através de um processo histórico marcado pelas peculiaridades da geografia física e social do Brasil e da Bolívia. O isolamento da região favoreceu uma aproximação maior de brasileiros, ao mesmo tempo que foi impedindo cada vez mais a possibilidade de um verdadeiro interesse produtivo para os cidadãos da Bolívia. Assim, a população brasileira foi a primeira interessada na região

do Acre, e a luta pela obtenção da região à Bolívia foi maior praticamente no sentido de convencer o governo brasileiro do que propriamente na “conquista” do território, fato que foi relativamente fácil.

O Brasil, ao ajustar o Tratado de Petropolis, em 1903 (VIANA, 1948) ofereceu à nação andina todas as compensações morais e materiais, proporcionando-lhe uma tal soma de vantagens que hoje é unânime o julgamento público em considerar esse pacto um dos mais inteligentes e sábios do hemisfério (TOCANTIS, 2001).

Em 17 de Novembro de 1903, com a assinatura do ‘Tratado de Petrópolis’, o Brasil recebeu a posse definitiva da região. O Acre foi então integrado ao Brasil como território, dividido em três departamentos. O território passou para o domínio brasileiro em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de terras de Mato Grosso e do acordo de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Durante a segunda guerra mundial, os seringais da Indochina foram tomados pelas tropas japonesas, e o Acre dessa forma representou um grande marco na história Ocidental e Mundial, mudando o curso da guerra a favor dos Aliados e graças aos ‘soldados da borracha’.

A invasão japonesa no Sudeste Asiático cortou o acesso dos Aliados à borracha das colônias asiáticas holandesas, britânicas e francesas – e a borracha, por suas aplicações militares, era de vital importância estratégica. Em 1943, o Brasil juntou-se aos Aliados e comprometeu-se a exportar toda a sua produção de borracha natural para os Estados Unidos da América.

O resultado foi que os preços dobraram imediatamente, as exportações foram retomadas sob o controle governamental, e o governo brasileiro assumiu o compromisso de transportar cinquenta mil migrantes para a floresta. Esses cidadãos brasileiros, recrutados nas cidades e vilas dos estados do Nordeste mediante intensa propaganda, foram chamados “Soldados da Borracha” (CUNHA e ALMEIDA, 2002; WEINSTEIN 1993 e 2002).

Foi graças à contribuição decisiva do Acre na vitória dos Aliados, que o Brasil conseguiu recursos norte-americanos para construir a Companhia Siderúrgica Nacional. E assim alavancou-se a industrialização até então estagnada do Centro-sul, que não possuía ainda indústrias pesadas de base.

A economia do estado baseia-se na extração da borracha e da castanha, na pecuária e na agricultura. Com relação ao extrativismo, grande impulso na vida econômica e na colonização deste estado foi dado com a exploração do látex, através do ciclo da borracha.

A borracha é uma história que já está saindo da consciência do brasileiro. E a castanha, cifra de uma enorme biodiversidade, acabará sendo esquecida também, ou

desvalorizada. Existe uma paradoxal relação entre a borracha e o modelo ocidental de desenvolvimento, a atual configuração geopolítica do mundo, e as considerações que se podem fazer a respeito de modelos importados de desenvolvimento (no local), para ÁVILA, 2000), ao menos no que depende da II Guerra mundial. Ou seja, ironicamente, o Ocidente desenvolvido e em desenvolvimento depende de uma monocultura e de sua manutenção.

O Desenvolvimento Local no Vale do Juruá

Para um dos proponentes do modelo endógeno de desenvolvimento local,

[...]o núcleo da experiência do desenvolvimento local consiste essencialmente no desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida (portanto com interesses comuns e situada em um determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações de toda ordem e natureza que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito (ÁVILA, 2000).

A partir da breve sistematização do conceito de Desenvolvimento Local proposta acima, percebe-se como e em que medida as regiões isoladas da Amazônia podem se converter em um verdadeiro campo de provas da discussão do problema da relação entre parâmetros e ideários endógenos e exógenos. Em primeiro lugar, pelo fato de ainda ser relativamente fácil a tarefa de definir ou, ao menos, circunscrever, as comunidades, uma vez que elas se encontram, em sua maioria, isoladas pela floresta, numa clara situação de preservação geográfica.

Segundo, pela peculiar formação histórica, tanto da região Amazônica em geral, quanto do Acre de maneira específica, o que propicia uma forte e presente identidade social e histórica. Ainda pode-se citar as potencialidades da região, muitas delas ainda inexploradas, em relação às riquezas naturais e turísticas. Terceiro, porque as políticas regionais demandam certa cautela quanto ao problema da baixa densidade populacional e da maior dimensão das áreas municipais e regionais. A Amazônia, com sua vasta região de floresta tropical, como um grande vazio demográfico, não é apenas uma região a povoar, mas uma situação total, que

requer uma análise cuidadosa das suas variáveis, além de estratégias especiais de atuação em termos de desenvolvimento econômico regional (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

O Acre, resultante de um corolário natural da expansão do organismo social brasileiro, é, também, significativo exemplo da unidade, ambígua e discutida, que orientou a formação social do país. Apesar das distâncias imensas de outras regiões, de onde partiam os influxos de cultura, e embora vizinho de peruanos e bolivianos, e ainda o fato de receber do Norte, naquele tempo, direta e marcante influência européia (caso da europeização, principalmente sob o modelo francês, de Belém e Manaus), o Acre manteve-se integralmente brasileiro na língua, nos costumes, nos sentimentos. Todas as populações nordestinas que para lá se dirigiram consideram-se brasileiríssimas, não obstante a falta de telégrafo e a navegação de vapores só ser possível durante seis meses por ano (TOCANTIS, 2001).

Ávila (2000) tem chamado a atenção para o perigo de se importar modelos de desenvolvimento, mas não apenas modelos, como também ideários. Segundo este Autor, o Desenvolvimento local é um modelo marcado sobretudo pela autonomia de ideário, ou de projeto e priorização de estratégias, e distingue-se fortemente de dois outros modelos de possível desenvolvimento: para o Local, que é o estilo de projetos que são importados normalmente com capital estatal ou de intenção assistencialista, mas que não se enraízam, por vários fatores. Um dos mais importantes é o fato de esses programas não terem uma interação suficiente com programas de internalização cultural dos novos padrões que seriam necessários para administrar as novas injeções de capital. Desvinculados da educação, tais programas não atingem a cultura, não entram no solo local e não o fecundam.

Existe ainda o estilo do desenvolvimento caracterizado por investimentos no local. Trata-se de crescimento, realmente, mas de outras matrizes, como por exemplo, empresas de capital estrangeiro que trazem seu capital para o local e que, por isso mesmo, e a partir de seus empreendimentos, geram empregos e expectativas arrecadatórias várias. Mas transitórias: por não terem maior compromisso com o local do que a exploração de uma sede física, acabam se retirando dele, se ou quando outros locais forem mais atrativos em termos de vantagens relacionadas à infraestrutura. A sua permanência não era no local, mas nas expectativas de lucro do local enquanto sede. Quando o lucro não compensa mais, retiram-se (ÁVILA, 2006). Na sua saída, deixam o local exaurido, e a bolha de desenvolvimento se desfaz, na sua realidade verdadeiramente virtual.

Ora, a história da borracha já é um exemplo de que esses dois modelos de desenvolvimento não funcionam na região amazônica e que, por isso mesmo, deve-se pensar em outro modelo que leve mais a sério as matrizes sociais e culturais – justamente aquelas,

excluídas de importantes indicadores econômicos. Esta discussão, às vésperas de importantes acordos para a produção de combustíveis, parece não apenas oportuna, como urgente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem quer que trabalhe com desenvolvimento, para não cair num discurso colonial ou neo-colonial, deverá forçosamente levar em consideração o projeto cultural e, sobretudo, a inclusão ou não nos processos de desenvolvimento ou crescimento da economia, de valores internos à população que está sendo envolvida nos projetos, se quiser envolvê-la com um mínimo de legitimidade ética.

Há valores locais que não são levados em conta, o que em longo prazo descaracteriza ou re-caracteriza e redesenha a cultura local como não sendo mais de produtores, de pescadores ou de coletores, por exemplo, e força a comunidade a adotar a posição de comerciantes ou de operários de uma grande linha de montagem que, dentro de alguns anos, pode ser simplesmente evacuada do mapa por alguma histeria macroeconômica, ou por mudanças de humor nas expectativas de nichos específicos do mercado.

A implantação da prática do Desenvolvimento Local é imprescindível para o Brasil do século XXI. É também fundamental para as regiões isoladas da Amazônia, que têm grande necessidade e potencialidade para desenvolver vitoriosos projetos capazes de promoverem o progresso econômico, social e ambiental.

Não se pode esperar que as mudanças no plano macroestrutural ocorram para se pensar no que fazer no plano local. Ainda que as limitações se mostrem relevantes, é preciso preparar, dentro das possibilidades, as condições para melhor aproveitamento das oportunidades que venham a surgir para o enfrentamento das situações de exclusão social, agravadas ao longo da década de 1990 (POCHMANN, 2004).

Assim, a região do Vale do Juruá tem no Desenvolvimento Local uma oportunidade de reverter um longo histórico de dificuldades e injustiças sociais. Desse modo, o Desenvolvimento Local surge como um instrumento valioso para que a sociedade possa se dedicar à criação de fontes de trabalho e a fomentar um desenvolvimento econômico que respeite os valores culturais nativos e o meio ambiente.

Mas, o desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo, em termos concretos, se os seus projetos conseguirem o feito do enraizamento na cultura, criando o fenômeno do desenvolvimento como fato ao mesmo tempo humano, social e sustentável. Tanto a melhoria das condições de vida individuais, subjetivas, quanto coletivas, com uma visão de

recuperação do passado e de perspectivas de projeção rumo a um futuro sustentável, devem ser parte do núcleo duro do conceito e das práticas de desenvolvimento - sustentável (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

Cabe à população local assumir seu importante papel de protagonista de sua história e às autoridades públicas e à academia, o de facilitar essa tomada de posse, concentrando e direcionando esforços para alcançar, assim, um verdadeiro e valioso desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande-MS: UCDB/PMDL, v. 1, n. 1, set., 2000a., p. 68.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: UVA, 2006.

BOAS, M.; McNEILL (Org.). **Global Institutions and Development: Framing the World?**. New York: Routledge, 2003.

BERNSTEIN, S. **The Compromise of Liberal Environmentalism**. New York: Columbia University Press, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz o Sul: EDUNISC, 2000.

CHANDLESS, W. (1866) **Notes on the River Aquiry, the Principal Affluent of the River Purus**. Em: *Journal of the Royal Geographical Society of London*, Vol. 36, 1866, pp. 119-128

GANDHI, Leela. **Postcolonial Theory: A Critical Introduction**. St. Leonards, N.S.W.: Allen & Unwin, 1998.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)**. Brasília: IPEA, 1997.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTÍN, José Carpio. MARQUES, Heitor Romero. RICCA, Domingos. FIGUEIREDO, Gilberto Porto de. – Organizadores. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas**. Campo Grande: UCDB, 2001.

MARTINELLI, Dante Pinheiro. JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MURPHY, C. N. **Global Institutions, Marginalization and Development**. London: Routledge, 2005.

MYRDAL, G. **Against the Stream: Critical Essays on Economics**. New York: Pantheon Books, 1972.

NUSTAD, K. G. The development discourse in the multilateral system. In: BOAS, M.; McNEILL (Org.) **Global Institutions and Development: Framing the World?**. New York: Routledge, 2003.

POCHMANN, Mário (Org.). **Reestruturação produtiva: perspectiva de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação - as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda., 1980.

SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renaut – Organizadores. **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

TYLOR, E. B. **Researches into the early history of mankind and the development of civilizations**. 2ª Ed. Londres: John Murray, 1870

TYLOR, E. B. **Primitive Culture. Researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art and custom**. 2 volumes. Londres: John Murray, 1873.

TOCANTIS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. 4 ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 2 v.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência**. São Paulo: Hucitec, 1993

WEINSTEIN, B.: Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. **História, Ciências, Saúde**. Manginhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2):261-72, mai-ago. 2002.

Recebido para publicação em 24/10/2013

Aceito para publicação em 28/04/2014